

## O COMANDO DOS TRABALHADORES INTELECTUAIS E A FORMAÇÃO DAS ESQUERDAS CULTURAIS NA DÉCADA DE 1960

Rodrigo Czajka

**RESUMO:** O Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) foi uma entidade que serviu de espaço de organização e representação de intelectuais e artistas que, anterior ao golpe militar de 1964, possibilitou a formação de um debate e fomentou a participação de setores da *intelligentzia* nacional no processo de democratização da cultura. Sua inserção política, considerando a efervescência vivida pelos movimentos sociais organizados no Brasil nos anos de governo de João Goulart, traz elementos para que se possa detalhar a dinâmica das organizações culturais de esquerda que emergiram a partir do processo de renovação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), iniciado em 1958. Do mesmo modo, sua importância se reafirma no fato do próprio CTI ter sido uma entidade que congregou inúmeros intelectuais e artistas que, depois de do golpe militar de 1964, estiveram presentes no cenário artístico e cultural brasileiro, exercendo resistência aos governos militares que se sucederam nas décadas seguintes.

**PALAVRAS-CHAVE:** intelectuais; ditadura militar; engajamento; esquerdas políticas, Partido Comunista Brasileiro.

**ABSTRACT:** The Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) was a group, a space of organization and representation of brazilian intellectuals and artists and that, previous to the military coup in 1964, participated of the debates and fomented the inclusion of sectors of the national *intelligentzia* in the democratization's process of the culture. His insertion politics, of the point of view of the efferecence lived for the organized socials movements in Brazil in the years of João Goulart's government, bring elements to detail the dynamics of the cultural left's organizations that had emerged of the review's process of Brazilian Communist Party (PCB), since 1958. The relevance of CTI is confirmed when understand it like an organization that congregated many

intellectuals and artists that, after of the military coup in 1964, had been presents in the artistic and cultural brazilian scene, doing resistance to the military governments that if had occurred in the next decades.

**KEYWORDS:** intellectuals; militar dictatorship; engagement; political left; Communist Brazilian Party.

**RÉSUMÉ:** Le Commande des Travailleurs Intellectuels (CTI) a été une entité qui a servi de espace d'organisation et représentation des intellectuels et des artistes qui, avant le coup d'Etat militaire de 1964, permis la formation d'un débat et d'encourager la participation des secteurs de l'intelligentsia nationale dans le processus de démocratisation de la culture au Brésil. Sa politique d'insertion, compte tenu des turbulences rencontrées par les mouvements sociaux organisés au Brésil dans le gouvernement de João Goulart, apporte des éléments pour que vous puissiez détail la dynamique des organisations culturelles de la gauche qui a émergé du processus de renouvellement du Parti Communiste Brésilien (PCB), début en 1958. Son importance est réaffirmée en fait du CTI a été un organe réunissant de nombreux intellectuels et artistes qui, après le coup d'Etat militaire de 1964, ont assisté à la scène brésilienne culturelle et artistique, en exerçant une résistance aux gouvernements militaires qui ont suivi dans les années suivantes.

**MOTS-CLÉ:** intelectuells; dictature militaire; engagement; gauches politiques; Parti Communiste Brésilien

## 1. AS INSTITUIÇÕES DESAGREGADAS

O regime militar instaurado no Brasil com um golpe de Estado em 1964 restringiu politicamente inúmeras instituições civis; acarretou, paulatinamente, no cerceamento das suas liberdades com a edição de atos institucionais e na desorganização dos espaços sociais de representação e comunicação<sup>1</sup>. Esse fato, entretanto, não impossibilitou que outras formas de

---

<sup>1</sup>Na primeirafase do regime militar (1964-1968) a intervenção político-jurídica do Estado se dá, sobretudo, através da promulgação de cinco Atos Institucionais (AIs): AI-1 de 29 de abril de 1964, AI-2 de 17 de outubro de 1965, AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, AI-4 de 7 de dezembro de 1966, além da própria Constituição de 1967 e o AI-5 de 13 de dezembro de 1968. A esta lista ainda podem ser acrescidos inúmeros Decretos e os Atos Complementares, deferidos pelo Poder Executivo.

organização e agremiação fizessem oposição aos militares, pois na medida em que espaços eram interditos pelo novo regime outros eram organizados com novas funções e finalidades. A emergência de novos agentes sociais, a eclosão de novos debates, bem como de novos interlocutores, fomentou a articulação de grupos e espaços a partir dos quais se articularam diversas formas de resistência política e ideológica.

O detalhamento dessas *formações* sociais no processo de constituição das resistências é algo importante e deve ser considerado no contexto mais amplo das pesquisas sobre ditadura militar no Brasil. Ou seja, as relações entre política e cultura estiveram naquele período permeadas de tensões e contradições, o que nos faz colocar em xeque a idéia pré-concebida de uma resistência cultural organizada por intelectuais e artistas em oposição ao regime militar. Se organizações foram capazes de condensar formas de resistência estas se estabeleceram num processo lento de acomodação das disputas ideológicas e amenização dos impasses na busca de uma unidade organizacional.

Nesse sentido, a investigação e identificação de núcleos de resistência que atuaram a partir de circuitos de produção cultural no período posterior ao golpe militar de 1964 depende, por sua vez, da especificação das *formações culturais* presentes na fase anterior ao golpe. O período que precede o golpe militar revela estruturas-chave que permitem compreender melhor o quadro político-cultural durante a ditadura militar. Entre 1961 e 1964, por exemplo, constituiu-se num momento singular de transformação política da sociedade brasileira, dadas as contradições sociais determinantes do processo de estruturação tardia do capitalismo e de uma classe média no Brasil. Destes fatores, entre muitos outros, deriva uma polarização política e ideológica com dimensões ainda sem precedentes na história da política e da cultura no Brasil<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Conforme artigo de Marcelo Badaró Mattos, esse período da história recente do Brasil chama a atenção de muitos historiadores, sociólogos e cientistas políticos, não somente em virtude dos debates em torno do populismo, mas porque encerra uma série de conflitos e tensões de ordem política e ideológica. Embora o autor discorra, por exemplo, sobre os impasses que caracterizam o governo do presidente João Goulart (1961-1964), “um personagem assinalado pelo contraditório, sendo por isso, um desafio a interpretações que se queiram unívocas e lineares“, tal perfil não decorre tão somente da pessoa de Jango, mas do próprio contexto resultante de mudanças estruturais profundas da sociedade brasileira naquele momento. (Consultar: MATTOS, 2008. p. 258).

Após a renúncia de Jânio Quadros a Campanha pela Legalidade fomentou uma série de debates acerca da constitucionalidade da posse do vice-presidente, João Goulart. Esse fato, convergiu na intensificação das polêmicas e das discussões sobre os rumos políticos e ideológicos do governo Goulart (setembro de 1961 a março de 1964). De certa forma, ainda que progressivamente, esse evento favoreceu a organização e o fortalecimento de determinadas *formações* de esquerda não vinculadas institucionalmente ao Estado. Em decorrência disso, constata-se que se antes a atividade política restrita a espaços de sua institucionalidade ou relacionada única e exclusivamente às questões da sua legitimidade jurídica, durante os “tempos de Goulart” houve uma profunda transformação dessa condição: as lutas políticas e ideológicas alcançaram seus mais significativos desdobramentos a partir do momento em que aglomeraram outros setores da sociedade brasileira, como os trabalhadores urbanos e rurais, uma fração do contingente militar, estudantes e intelectuais (TOLEDO, 1997, p.72).

Esse processo de transformações, de reorganização das estruturas políticas e ideológicas e, principalmente, o condicionamento do Estado às mudanças estruturais da sociedade brasileira propiciou o surgimento de novos atores na cena política e cultural do país. Na medida em que a politização da sociedade se fazia no sentido de reafirmar um caráter nacional dessa participação, ela também se declarava “autenticamente popular” – forjando no conceito de cultura a sua justificação. Essa justificação por meio de noções como “nacional”, “popular”, “autenticidade”, entre outras, se deu não somente em função do arranjo das ideologias em torno do aparelho estatal, mas também pela forma como tais conceitos foram concebidos no final dos anos de 1950 e da sua participação na formulação de um projeto nacional.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Uma das primeiras publicações que procuraram trazer a debate tais questões em torno do nacional e do popular foi a *Revista Brasiliense*, editada entre, os anos de 1955 e 1964. Abordou em vários de seus 51 números, o debate sobre o nacional e o popular na cultura brasileira. Sob a direção de Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, sempre manteve-se “ideologicamente à esquerda, procurando entender em profundidade a estratégia do nacionalismo de esquerda de colaboração de classes, entre o proletariado e a burguesia nacional. Nesse sentido, a cultura estrangeira era um fator de alienação da realidade nacional. A intenção era promover a aproximação dos agentes históricos com a cultura nacional. Logo, se construiu uma bipolaridade entre o nacionalismo versus cosmopolitismo.” (AQUINO, 1996, p. 98).

O fenômeno do “esquerdismo” durante o governo Goulart refletia, em toda a sua extensão, a influência de grupos políticos de esquerda, sobretudo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, apesar de declarado ilegal desde 1947, era o partido de esquerda de maior representatividade ideológica. A partir de meados de 1963 a aproximação do governo com o PCB ficava mais evidente quando, por exemplo, os projetos de reformas de base serviram a João Goulart como propostas de reformulação da sua plataforma, bem como de acenar com alianças à esquerda. Segundo José Antonio Segatto, em 1963 há uma reaproximação entre o PCB e Jango. Se por um lado o PCB mantinha as esperanças de transformar o governo Goulart em um governo nacionalista e democrático, por outro Jango passa a sinalizar para a esquerda e acenar com a possibilidade de assumir compromissos com as reformas (SEGATTO, 1995, p.162).

Da mesma forma, os comunistas que desde 1958 eram regidos pela *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro* (CARONE, 1982, p.266-271) e tinham João Goulart como uma figura potencialmente benéfica aos seus interesses, consideravam a possibilidade de uma frente ampla de forças populares com a liderança do então presidente da república (CHILCOTE, 1982, p. 136). A movimentação e ascensão de massas populares a status de mobilização política foi a expressão desse “acordo” entre o governo e setores do PCB na tentativa de formação de uma frente ampla para apoio e concretização das reformas de base.

Estes anos de agitação política e de debate entre as diversas correntes políticas e ideológicas, em que se colocavam em pauta inúmeros projetos de planificação do Estado e da sociedade, também favoreceu a participação de inúmeros grupos até então inexpressivos naquele contexto. *Formações culturais*<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O conceito de *formação cultural* do sociólogo inglês Raymond Williams é pertinente para se pensar as relações e o estabelecimento de redes entre intelectuais, bem como o alcance e a influência que eles exerciam a partir de seus pólos de produção cultural. A questão central levantada por Williams é que “temos que lidar não só com instituições gerais e suas relações típicas, mas também com formas de organização e de auto-organização que parecem muito mais próximas da produção cultural” (WILLIAMS, 1992, p. 57). Tais processos de “auto-organização” implicam em modelos diferenciados de análise e subentendem a complexidade original das agremiações culturais e intelectuais.

organizadas a partir de núcleos distintos (como estudantes, intelectuais, escritores, artistas, professores, jornalistas, entre outros) emergiram com propostas e projetos no sentido de uma politização da cultura e da sua instrumentalização em favor das novas mudanças sociais. Essa movimentação repercutiu na produção cultural, pois,

no pré-64, o nacional, correlato da luta anti-imperialista, reivindicava a afirmação de uma arte não-alienada que refletisse a realidade brasileira que se queria conhecer para transformar. O popular, por sua vez, acenava para a democratização da cultura e a conseqüente crítica à nossa tradição elitista de uma arte concebida como ‘ornamento’, como ‘intimismo à sombra do poder’ (FREDERICO, 1998, p. 277).

Essas questões possibilitaram novas formas de intervenção por parte de intelectuais e artistas. A necessidade de compreender, discutir e reformular a nova conjuntura nacional que emergia durante os primeiros anos da década de 1960, revelou-se no sintomático processo de transformação ocorrido no interior das *formações* de esquerda, assim como em seus respectivos projetos de construção de uma consciência nacional e de uma identidade nacional e popular.

Surgia, desse modo, a proposição de um novo vocabulário por partes destes artistas e intelectuais e que revelava a necessidade de se estabelecer essa identidade conforme seus aspectos sociológicos e filosóficos e não mais a partir do pressuposto conservador do inatismo das raças. Ou seja, tornou-se necessário articular todo um conjunto de valores correspondentes à necessidade naquele momento de debate. Era forçoso preparar a revolução brasileira assim como os caminhos para sua realização e as condições para sua confirmação; por isso mesmo, tornou-se necessário gerar um sentido filosófico e cultural para essas transformações a partir do debate e da conscientização da sociedade. Segundo Renato Ortiz, alguns grupos de intelectuais (sobretudo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB), ao constituírem uma teoria do Brasil, retomaram a temática da cultura brasileira através de uma

posição epistemológica: substituíram, aos poucos, expressões como “aculturação” por “transplantação cultural” ou “cultura alienada”, com a intenção de inculcar na questão da cultura a propriedade do vir a ser – neste sentido “eles privilegiarão a história que está por ser feita, a ação social, e não os estudos históricos; por isso, temas como projeto social, intelectuais, se revestem para eles de uma dimensão fundamental” (ORTIZ, 1986, p. 45-46). Essa reinterpretação do conceito de cultura possibilitou não somente novas perspectivas para as ciências sociais, de um modo geral, como inseriu no conceito de cultura novos problemas concernentes à realidade brasileira; o que permitiu a reavaliação do papel das entidades e associações intelectuais na formulação de uma identidade nacional.

Nessa atmosfera é que surgiu o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). Fundado em 07 de outubro de 1963, o CTI procurou desde o início de suas atividades congregar diversos artistas e intelectuais com o intuito de estimular a participação destes na consolidação dos interesses e reivindicações de uma “classe” dos intelectuais.

O CTI era presidido pelo editor Ênio Silveira, que durante três décadas esteve na direção da editora Civilização Brasileira. E somava-se ao grupo de membros-fundadores outros nomes como os do cineasta e historiador Alex Vianny, do jornalista e crítico literário Álvaro Lins, do filósofo Álvaro Vieira Pinto, do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, do dramaturgo Dias Gomes, do folclorista Édison Carneiro, do escritor Jorge Amado, do general e crítico literário Manuel Cavalcanti Proença, do poeta Moacyr Felix, do historiador Nelson Werneck Sodré, do arquiteto Oscar Niemeyer, do jurista e desembargador Osny Duarte Pereira e o próprio

Ênio, além de outras centenas de nomes que se solidarizaram com o manifesto de fundação<sup>5</sup>. Moacyr Felix, que era secretário geral do Comando,

---

<sup>5</sup> O documento de fundação do CTI foi publicado originalmente em 26 de outubro de 1963, no jornal carioca *Correio da Manhã* – a mesma versão do documento que Carlos Heitor Cony utilizou para transcrever no seu livro de crônicas *O ato e o fato*, publicado em 1964. Há também (Bolívar Costa), *Como seria o Brasil socialista?* (Nestor de Holanda), *O que é a revolução brasileira?* (Franklin de Oliveira), *O que é a reforma agrária?* (Paulo R. Schilling), *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* (Maria Augusta Tibiriça Miranda), *Como*

tomava registro das deliberações e era responsável pelas atas das reuniões. Várias delas foram realizadas na própria editora Civilização Brasileira, mas também na sede do ISEB, assim como na residência de Leonel Brizola – algumas vezes com a presença de Miguel Arraes (então governador de Pernambuco). Segundo Felix, a participação dos membros do CTI se dava principalmente na execução do papel de porta-voz dos intelectuais junto a parlamentares em reuniões políticas; “eu participava e falava em nome dos intelectuais, sempre defendendo uma participação destes nas transformações sociais [...]. Sobretudo, representando sempre os intelectuais” (FELIX, 1996).

A articulação do Comando foi, em certa medida, uma manifestação sintomática daquele quadro de tensões e arranjo das oposições ainda no pré-golpe. A composição do grupo de membros fundadores demonstrava a dimensão demasiadamente heterogênea do grupo e natureza de sua formação. Ou seja, intelectuais, artistas e representantes de circuitos culturais específicos compunham de forma bastante diversificada o CTI e, muito embora, fizessem parte de uma agremiação de natureza cultural, seu posicionamento político e ideológico estava aquém de outras entidades envolvidas diretamente no debate sobre a politização da sociedade brasileira no pré-1964.

Contudo, vale notar que muitos dos membros-fundadores do CTI eram também militantes do PCB, como Ênio Silveira, Jorge Amado, Oscar Niemeyer e Dias Gomes. Isso derivou do fato de que o próprio Comando sentiu as transformações operadas no seio das esquerdas naquele momento. Mais que associação direta entre o PCB e o CTI, tratava-se de uma articulação complexa entre as oposições que se refletiu nas esquerdas intelectuais com a

---

*atua o imperialismo ianque?* (Sylvio Monteiro), *Como são feitas as greves no Brasil?* (Jorge Miglioli), *Como planejar nosso desenvolvimento?* (Helena Hoffman), *A Igreja está com o povo?* (Padre Aloísio Guerra), *De que morre nosso povo?* (Aguinaldo N. Marques), *Que É Imperialismo?* (Edward Bailby), *Porque existem analfabetos no Brasil?* (Sérgio Guerra Duarte), *Salário é causa de inflação?* (João Pinheiro Neto), *Como agem os grupos de pressão?* (Plínio de Abreu Ramos), *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* (Vamireh Chacon), *Que foi o Tenentismo?* (Virgínio Santa Rosa), *Que é a Constituição?* (Osny Duarte Pereira); *Desde quando somos nacionalistas?* (Barbosa Lima Sobrinho), *Revolução e contra-revolução no Brasil* (Franklin de Oliveira). Apud: BERLINCK, 1984, p. 36-37.



formação de “grupos” heterogêneos. É, pois, essa heterogeneidade que definia os amplos propósitos do Comando; sua ação, ainda que restrita, organizou-se pela difusão de um vocabulário comum aos diversos grupos de intelectuais e artistas. Aliás, mais tarde quando Ênio foi inquirido no IPM do ISEB, em depoimento ele afirmou que

o Comando dos Trabalhadores Intelectuais era uma organização apartidária, com objetivo específico – como consta de seu Edital de Constituição – de congregar todos aqueles que se dediquem a atividades intelectuais para o estudo e o debate dos grandes problemas brasileiros. [...] O CTI era movimento independente de orientação ideológica específica, uma vez que dele faziam parte elementos militantes ou não em diversos partidos político (IPM n° 481, vol. 03, p. 533).

Assim, a fundação do CTI esteve, de alguma forma, relacionada ao processo de revisão da centralidade política e ideológica do PCB iniciada em 1958 com a publicação da *Declaração de Março*, e favoreceu a articulação de um espaço legítimo e democrático de representação do intelectual – que emergia, aos poucos, como categoria autônoma além de formador de consciência de classe. Desse processo resultou aquilo que Raimundo Santos denominou de “corrente renovadora” de intelectuais que, a partir da autocrítica de seus militantes, notabilizaram-se com a criação de um órgão editorial, a revista *Novos Tempos*. Conforme Santos,

na *Novos Tempos* encontramos uma espécie de apresentação da corrente renovadora. Espalhada por alguns pontos do país, ela não se considera uma fração do PC, mas um movimento independente, heterogêneo, embora unido em torno de um certo número de teses, surgidas a partir do debate sobre o XX Congresso [do PCUS]. Oriundos dos quadros pecebistas, no entanto, os renovadores haviam perdido o fetichismo de partido. Rejeitando a visão do “partido é tudo”, adotavam muito a tese do partido como

um instrumento adaptável [...], abandonando o que eles chamavam a “velha máquina ossificada” (SANTOS, 1988, p. 240-241).

Tais características imputadas ao periódico dirigido por Oswaldo Peralva eram comuns a muitos militantes do PCB, que desde 1958 visavam o questionamento da centralidade pecebista. Mais que reorganizar a estrutura partidária, o processo de renovação possibilitou a emergência de *formações culturais*, contingente heterogêneo de intelectuais e artistas dispostos a reivindicar sua autonomia de produção e visibilidade pública.

O CTI foi um produto dessas dissidências em torno do PCB, pois mantinha vínculos com o partido (por meio de seus integrantes), mas não estava a seu serviço. A natureza do Comando era inicialmente jurídica e visava estabelecer a representação política de seus agregados junto a outras entidades e organizações, assim como junto ao Estado. Ficava evidente em seus editais, a desvinculação partidária e o compromisso não sectário em tratar da formação de um espaço de articulação de intelectuais. Organizado cinco meses antes do golpe, demonstrava necessidades específicas dessa articulação, como descreve o documento:

Considerando que a situação política do País impõe a necessidade cada vez maior da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas; Considerando que os intelectuais não podem deixar de constituir um ativo setor de luta dessas correntes progressistas; Considerando a inexistência de um órgão mediante o qual possam os intelectuais emitir os seus pronunciamentos a afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das forças populares; Considerando que os acontecimentos recentes demonstraram a urgência da criação desse órgão capaz de representar de forma ampla o pensamento dos que exercem atividades intelectuais no País, [...] declara-se fundado o CTI (FUNDAÇÃO do CTI, 1963, p. 07).

A formalização da entidade a partir desse caráter aglutinador e ecumênico favoreceu ao Comando respeitabilidade significativa junto a diversos grupos de intelectuais que, então, se encontravam desarticulados ou não pertenciam aos quadros políticos de alguma sigla partidária – como foram os casos de Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Manuel Cavalcanti Proença e o próprio Moacyr Felix. O CTI surgiu com essa característica pluralista e procurava ressaltar a importância desse aspecto na estruturação e na consolidação da luta dos intelectuais pela cultura nacional-popular.

Embora o Comando não fosse um órgão derivado dos quadros executivos do PCB, compartilhava do ideário pecebista, sobretudo no que se dizia a respeito da chamada Frente Única. Disso também decorre o fato do CTI ter acolhido tantos artistas e intelectuais de orientação comunista; por tê-los como membros não implicava necessariamente na vinculação política e ideológica às teses do PCB. O Comando – em função das disputas em curso dentro do PCB, da indefinição de um projeto político e dos rumos ideológicos do próprio governo Goulart – manteve-se equidistante tanto das diretrizes políticas do partido quanto das atribuições do governo Goulart. Essa “neutralidade” do CTI foi decisiva na sua continuidade e o fator que contribuiu para o ingresso de novos membros comunistas e não comunistas até meados de 1964.

As dissidências políticas e o aprofundamento da revisão das esquerdas no início da década de 1960, como já mencionado, abriram novas possibilidades de organização e intervenção aos grupos de artistas e intelectuais. Dessa forma, “a necessidade da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas” expressa no documento de fundação, orientava os membros do Comando. Mantinham, por sua vez, uma boa relação com o governo das reformas de base – logo com o próprio PCB –, ao mesmo tempo em que procuraram reconsiderar a ação política através da crítica intelectualizada àquelas transformações em processo.

Dois fatores imediatos daí derivavam: primeiro, a estrutura formal e jurídica constituída a partir do documento de fundação do Comando propunha uma alternativa de se reunir diversas frentes intelectuais (artistas, professores, cientistas, jornalistas, escritores etc.) numa ação integrada e conjunta,

mas distinta das outras formas de intervenção então existentes; segundo, com essa postura diferenciada (“progressista” e “popular”), definia o seu conjunto próprio de interesses, assim como fazia da cultura (a partir de um viés progressista e popular) o espaço para construção dessa legitimidade. Como descrevia o documento, “com este propósito de união são convocados todos os trabalhadores intelectuais que, estando de acordo com as finalidades do CTI, desejam nele atuar acima de personalismos ou de secundários motivos de dissensão” (FUNDAÇÃO do CTI, op. cit.).

Por isso, a tese da vinculação institucional do CTI ao PCB parece pouco fundamentada, quando considerado o quadro heterogêneo da formação das esquerdas no início da década de 1960 e como ele se vê representado no Comando. A exemplo da afirmação de Daniel Pécaut que “em 1963, quando o governo Goulart entrou na zona tempestuosa, o Partido deu o seu aval à criação de um comitê político de intelectuais, o CTI (Comando dos Trabalhadores Intelectuais)” (PÉCAUT, 1990, p. 142). A articulação de intelectuais em torno do CTI se deu não pela autorização do partido, mas pela ação contingente dos seus integrantes que buscavam tanto uma organização que respondesse pelos seus anseios enquanto “trabalhadores intelectuais” como pela necessidade de criar um espaço de integração desses mesmos trabalhadores. Evidente que isso não inviabilizou a participação do CTI, nem o apoio de seus integrantes às atividades políticas do PCB e do governo Goulart. A confirmação disso é a participação do Comando no Comício pelas Reformas do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil (RJ), promovido por diversas entidades em apoio ao governo federal. A carta de convocação para o famoso comício trazia 21 assinaturas, entre elas a de Ênio Silveira como representante do Comando dos Trabalhadores Intelectuais<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O panfleto posto em circulação em 19 de fevereiro de 1964, entre outras questões, procurou ressaltar de modo enfático a unidade homogênea em torno das reformas de base – como descreve o documento: “[...]os trabalhadores e o povo em geral, demonstrarão nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais, e demonstrarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964. [...] Tudo pela unidade do povo e a ampliação democrática brasileira. Tudo pela concretização das reformas de base”. PELLACANI, Dante (et alli).

Já a posição do CTI no quadro geral de reestruturação das esquerdas no início da década de 1960 também é algo interessante de ser considerado, sobretudo na forma como a cultura foi concebida no seu documento de fundação. Um espaço regido pela intervenção do “trabalhador intelectual”, a cultura tornou-se um instrumento de formação política; aliás, o simples fato de se conferir ao intelectual a categoria “trabalhador”, está diretamente relacionado à formação de uma consciência de classe entre os próprios intelectuais, assim como à identificação destes com um projeto de nação. Daí porque o manifesto aponta a

necessidade de maior coordenação entre os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do País – essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica – trabalhadores intelectuais, pertencentes aos vários setores da cultura brasileira, resolveram fundar um movimento denominado Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) (FUNDAÇÃO do CTI, op. cit).

A organização do CTI fez-se de maneira bastante peculiar; ainda que definida como uma entidade de esquerda, conseguiu reunir um número significativo de participações em seu curto tempo de existência. O Comando foi articulado para uma ação política específica, ao mesmo tempo em que estava empenhado em criar uma identidade que refletisse os anseios mais amplos das oposições (e não somente das esquerdas). O processo de construção dessa identidade é realmente importante na investigação não somente do CTI como dos grupos que se formaram a partir dessa conjuntura<sup>7</sup>.

---

*Concentração popular dia 13 de março na Central do Brasil.* Rio de Janeiro, 19 fev. 1964. CPDOC/FGV.

<sup>7</sup>Trata-se, pois de se investigar aquilo que em sociologia da cultura se denominou de “processo produtivo”. Segundo Raymond Williams, “o que o sociólogo cultural ou o historiador cultural estudam são as práticas sociais e as relações culturais que produzem não só *uma cultura* ou *uma ideologia*, mas coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas obras

E a exemplo da aproximação com os intelectuais isebianos, os integrantes do CTI entendiam “a cultura como uma totalidade dinâmica como um complexo em movimento, cujo desenrolar, ao longo do tempo, se processa dialeticamente”<sup>8</sup>, que de certa maneira e naquele momento, era colocada ou tentava-se colocá-la além das disputas políticas e ideológicas. Daí a afirmação sistemática do anti-sectarismo do CTI e a variada matiz ideológica que o compunha.

No mais das vezes, o Comando procurou respeitar as diferenças ideológicas depositadas em cada um de seus integrantes até como uma forma singular de organização intelectual, negando qualquer diretriz ou programa a ser cumprido em nome desta ou daquela instituição. E, nesse sentido, pode-se dizer ainda que a articulação de artistas e intelectuais em torno do CTI gerou mais que uma necessidade de representação jurídica de seus congregados: fomentou também a necessidade de rearticulação de grupos e personagens no próprio cenário cultural e artístico. Isso, paulatinamente, contribuiu na valorização da atividade intelectual e artística como meio de interferir na prática social e na ação política. Ou seja, a coordenação política de um movimento de intelectuais e artistas poderia, a partir daquele momento, apostar em transformações do cenário cultural na mesma proporção que as mudanças experimentadas no âmbito político. Como um instrumento que manifestava intenções de um contingente de “trabalhadores” em favor da cultura, o documento de fundação do Comando ainda procurava dar conta de três importantes fatores que o justificava politicamente:

---

dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais” (WILLIAMS, 2000, p. 28-29).

<sup>8</sup> A relação entre o ISEB e o CTI, assim como a do CTI com o PCB, esteve associada no processo de transformações políticas e ideológicas já mencionadas. Muitos professores do ISEB eram membros do CTI e participaram da formulação desta entidade, em geral, por meio de artigos e conferências. Dentre as contribuições, a de Roland Corbisier sobre o problema da alienação na cultura brasileira cristalizou-se no imaginário intelectual de então (CORBISIER, 1956, p. 194).

a) congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica conceituação; b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária; c) participar da formação de uma frente única, democrática e nacionalista, com as demais forças populares, arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira (FUNDAÇÃO do CTI, loc. cit).

A amplitude destes fatores forneceu ao CTI argumentos abrangentes no momento de arregimentação de intelectuais e artistas para o seu quadro institucional. Ainda que a “frente única”, a “democracia nacionalista” e as “forças populares” fossem jargões sempre presentes no vocabulário das oposições e das esquerdas, no CTI eles assumem outro aspecto. Até por força das novas condicionantes políticas e ideológicas do pré-64, a esfera da cultura iniciou um processo de apropriação desse vocabulário – que se desenvolveu por toda década de 1960 – e o recolocou na voz do intelectual e do artista. Mas note-se: não mais o intelectual ou o artista do partido, no caso o PCB. Pois não se tratava da simples “comunicação” da cultura e dos seus profissionais, mas da releitura dessas representações políticas e ideológicas através das obras de intelectuais e artistas que sentiram essas transformações.

E a reorganização das esquerdas nos anos anteriores ao golpe de 1964 favoreceu a formação de novos grupos e atores sociais que foram capazes de, nesse contexto, encontrar as condições peculiares para a sua organização. Tal especificidade levou peremptoriamente à atribuição de responsabilidades ao intelectual: figura que assumia importância cada vez maior, na mesma intensidade em que os espaços para sua atuação também se fortaleciam. Ora, a emergência do CTI esteve diretamente relacionada ao modo como o intelectual era representado nesse contexto de vicissitudes. Sua importância estava no papel de ser um interlocutor privilegiado que legitimava sua categoria de “trabalhador”, ao mesmo tempo em que reivindicava um poder político para transformação social. Não somente o CTI, mas setores mais abrangentes da produção cultural na década de 1960 conceberam o intelectual como ponto de partida para inúmeros debates.

Assim o papel do Comando, enquanto entidade que procurou congregar intelectuais e artistas, foi constituir um espaço comum a todos aqueles grupos que estavam desamparados institucionalmente em virtude das transformações já mencionadas. A partir dessa conjuntura, o CTI emergiu como um laboratório voltado para a formação de uma consciência sobre o papel da cultura e de seus agentes (intelectuais e artistas) e da importância da arregimentação, naquele momento, de uma “frente única” na qual as oposições seriam representadas. Das intenções à prática, é que o CTI teve problemas quanto ao seu poder de intervenção efetivo; sua ação foi difusa e não conseguiu manter uma unidade básica mesmo depois do golpe de 1964 – ainda que se afirmasse publicamente que a entidade não tinha relações com o PCB ou com entidades que promoviam a “comunização” da sociedade brasileira. O fato era que desde 1963 o Comando não dispôs de articulação capaz de favorecer a integração efetiva com outros setores da vida cultural brasileira. E também o fato de que o grupo conseguira ter visibilidade apenas na cidade do Rio de Janeiro, onde a maioria de seus membros residia.

Desse modo, o alcance e a repercussão das atividades do CTI estavam reservadas, sobretudo aos manifestos assinados por seus membros que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro e por algumas capitais brasileiras. Por isso mesmo, pode-se dizer que o CTI constituiu-se num espaço público difuso, com características ainda associadas a um corporativismo de natureza privada; muito semelhante ao modo como demonstra o argumento habermasiano de uma “esfera das pessoas privadas reunidas em um público”, que seu autor formulou para definir a ascensão de uma burguesia letrada e a constituição de espaço para sua representação (HABERMAS, 1984). Isto é, os núcleos intelectuais no interior do CTI, num primeiro momento, reivindicaram a unidade institucional das lutas num plano nacional, mas tal busca apenas se fez na ânsia formalizar o caráter público para a entidade. Assim, não há, em princípio, um elemento unificador das “pessoas privadas” no interior do CTI, mas um espaço que possibilitou a construção de sua legitimidade como uma entidade pública que apenas defendia interesses individuais.



## 2. ESPAÇOS EDITORIAIS, ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

Outro dado sintomático, então persistentemente colocado pelos debates entre intelectuais que vinham se constituindo desde os seminários do ISEB em 1956, foi a aproximação destes debates com as classe populares. Não simplesmente uma necessidade do CTI, mas dos produtores culturais que de um modo muito mais abrangente, abriram espaço na esfera da cultura para uma discussão pública sobre os rumos da nação ainda no pré-64. Tarefa que, como foi visto, o ISEB e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) exerciam desde o início da década de 1960: estabelecer elos de relação com as classes populares e nelas buscar ou forjar a identidade nacional – justificada por intelectuais e artistas na afirmação de uma cultura nacional-popular. E muito embora essa aproximação tenha sido questionada do ponto de vista ideológico (CHAUI, 1983), ela antes foi um ensaio das oposições em meio às transformações do início da década de 1960; uma resposta daquelas formações culturais que foi além de uma pedagogia autoritária junto às classes populares, mas uma pedagogia dirigida às e pelas classes médias sobre a questão do nacional-popular. Como escreve Miliandre Garcia,

essa preocupação, que caracterizou a produção artístico-cultural no país desde o início do século XX, manifestou-se nas décadas de 1950 e 1960 por meio da construção de uma arte nacional-popular e de uma pedagogia política e estética da classe média intelectualizada acerca da realidade, da cultura e do povo brasileiro. (GARCIA, 2007, p. 09)

Foi nesse sentido, por exemplo, que a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, publicados pela Editora Civilização Brasileira, foi importante nesse processo. Apesar do alcance e da receptividade dos títulos junto às classes populares – os livros de bolso eram vendidos a preços módicos – em nenhum dos títulos da coleção procurou definir, de forma nítida e objetiva, a aproximação com as classes populares. As edições tinham claro objetivo de servir de veículo para a proposição de projetos e de debate de idéias (entre intelectuais) que

pudesse ser acompanhada pela sociedade em geral; pois “os grandes problemas do País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é o de informar. *Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se*” (CADERNOS, 1963). Além disso, o próprio Ênio Silveira, quando lançamento da coleção em 1962, escrevia que

foi precisamente por levar na devida conta essas considerações que entendi, como intelectual, como editor, como cidadão brasileiro, que me era indispensável participar ativamente dessa grande luta de nosso povo, colocando a seu serviço – acima de injunções ou chantagens – um veículo de informação que não se suborna, não se corrompe, não faz o jogo da pequena política partidária: o livro (SILVEIRA, 1966, p. 596).

Além disso, o projeto *Cadernos do Povo Brasileiro*<sup>9</sup>, de certa forma, desencadeou um processo sem precedentes no meio editorial brasileiro. Ênio Silveira fomentou, com essa coleção, pelo menos duas grandes transformações: uma particular, pois a temática e o sucesso da coleção influenciaram na redefinição dos rumos editoriais da própria editora Civilização Brasileira

---

<sup>9</sup> Editada entre 1962 e 1964, a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* foi composta pelos seguintes títulos: *Que são as Ligas Camponesas?* (Francisco Julião), *Quem é o povo no Brasil?* (Nelson Werneck Sodré), *Quem faz as leis no Brasil?* (Osny Duarte Pereira), *Porque os ricos não fazem greve?* (Álvaro Vieira Pinto), *Quem dará o golpe no Brasil?* (Wanderley Guilherme), *Quais são os inimigos do povo?* (Theotônio Junior), *Quem pode fazer a revolução no Brasil?* (Bolívar Costa), *Como seria o Brasil socialista?* (Nestor de Holanda), *O que é a revolução brasileira?* (Franklin de Oliveira), *O que é a reforma agrária?* (Paulo R. Schilling), *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* (Maria Augusta Tibiriça Miranda), *Como atua o imperialismo iaque?* (Sylvio Monteiro), *Como são feitas as greves no Brasil?* (Jorge Miglioli), *Como planejar nosso desenvolvimento?* (Helena Hoffman), *A Igreja está com o povo?* (Padre Aloísio Guerra), *De que morre nosso povo?* (Aguinaldo N. Marques), *Que É Imperialismo?* (Edward Bailby), *Porque existem analfabetos no Brasil?* (Sérgio Guerra Duarte), *Salário é causa de inflação?* (João Pinheiro Neto), *Como agem os grupos de pressão?* (Plínio de Abreu Ramos), *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* (Namireh Chacon), *Que foi o Tenentismo?* (Virgínio Santa Rosa), *Que é a Constituição?* (Osny Duarte Pereira); *Desde quando somos nacionalistas?* (Barbosa Lima Sobrinho), *Revolução e contra-revolução no Brasil* (Franklin de Oliveira). Apud: BERLINCK, 1984, p. 36-37.

adquirida por Ênio de seu sogro e antigo sócio em 1963, Octalles Marcondes. Segunda, e mais abrangente, consolidou uma temática nacionalista e de esquerda, que outras editoras, até então, não haviam explorado ao menos comercialmente.

Mas o fato importante a ser destacado é que muitos dos autores editados pela coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, assim como os poetas trazidos a público pela coleção *Violão de Rua* (volumes extras dos *Cadernos do Povo Brasileiro*), eram também integrantes do CTI. Tanto nos *Cadernos*, no *Violão de Rua* quanto no próprio Comando, a heterogeneidade dos núcleos e das *formações culturais* faziam-se presente na forma como cada intelectual, cada poeta, cada escritor, se colocava em relação aos problemas nacionais. Foi, em certa medida, no interior do CTI que estes intelectuais buscaram a articulação política e posição institucional, a fim de conjugar ações de modo a coordená-las conforme a necessidade do Comando que progressivamente passava a representar formalmente cada um dos “trabalhadores intelectuais” na sua individualidade.

Desse ponto de vista, a reunião destes artistas e intelectuais foi promovida tão somente em torno dos interesses individuais partilhados num contexto específico de representação pública. Isto é, antes de estabelecer uma efetiva solidariedade tornada pública com assunção do espaço que foi o Comando (e os próprios *Cadernos do Povo Brasileiro*), houve a preocupação do resguardo profissional, essencial a todos aqueles que integraram ou partilharam das teses do CTI. É a partir desse quadro que, por exemplo, pode ser entendida a afirmação de Nelson Werneck Sodré, quando contesta, em suas memórias, a orientação dada ao Comando que ajudou fundar:

entre os grupos da pequena burguesia, creio que o dos intelectuais esteve entre os que reagiram melhor. Estivera engajado, até as vésperas do golpe, na constituição do CTI, com grande entusiasmo e fundadas esperanças de conquistar, finalmente, aquela forma de organização que permitisse, de maneira efetiva, **a defesa de seus interesses profissionais**. (SODRÉ, 1994, p. 72)

Para Sodré, embora fossem legítimas as intenções do Comando, este servia apenas como um espaço de congregação de intelectuais das mais variadas

tendências políticas e ideológicas, sem manterem entre si um contato voltado para uma ação unitária efetiva ou de intervenção política e cultural. Ao fazer isso, o Comando subestimou seu poder de intervenção e colocou-se a serviço do corporativismo artístico e cultural que, em si, não resultava em decisões coletivas ou acordadas em grupo. Algo semelhante afirmava Dias Gomes, referindo-se que no

início do CTI ainda havia uma certa mobilidade, ainda se podia fazer alguma coisa. Esse Comando se aliou a parlamentares nacionalistas e a uma ala nacionalista do Exército, o que permitiu uma certa aglutinação. Houve reuniões, algumas decisões importantes, mas não tínhamos nenhum poder decisório. Apenas intenções políticas (apud VIEIRA, 1996, p. 19).

De certo modo, essa restrição política do Comando ou as suas limitações políticas se deram, sobretudo em função do modo como foi pensada a sua organização. Fundado em 1963, o CTI pouco depois do golpe militar fora proibido assim como tantas outras instituições de esquerda ligadas direta ou indiretamente ao PCB e ao governo Goulart. Nos poucos meses em que o Comando esteve reunido oficialmente, serviu a inúmeras propostas, a principal delas, constituir-se num espaço de articulação dos intelectuais não vinculados ao PCB, mas que, de certo modo, compartilhavam das teses do partido. Ao mesmo tempo em que isso era realizado, o CTI também se apresentou como uma organização “trabalhadores intelectuais”, a partir da qual formulou propostas para uma cultura democrática e não sectária. No entanto, o fato do CTI não ter sucesso ou mesmo maiores méritos decorre, principalmente, do seu alcance restrito, o que não permitia um contato direto e permanente com todos os seus membros. Essa restrição impediu o CTI, por sua vez, de definir uma política clara de intervenção no campo da cultura – o que vai ser possível somente pouco mais tarde, com o fortalecimento de outros mecanismos de articulação por alguns dos membros do Comando.

O fato mais importante nesse processo é que o Comando esboçou um tipo de organização cultural peculiar, na qual a autonomia intelectual era

posta como valor primordial. Ao contrário do sucesso dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e até mesmo dos *Violão de Rua*, o CTI não teve a mesma repercussão devido aos instrumentos utilizados para constituir este espaço. Ora, a questão da cultura naquele momento passava pela consideração dos aspectos da formação da identidade nacional, da cultura popular, da cultura popular revolucionária – como o exemplo do CPC da UNE em seu manifesto redigido por Carlos Estevam Martins – mas passava também pelo processo de reprodução da cultura, constituído nas sociedades em modernização a partir do componente mercadológico.

Assim, o CTI deve ser compreendido como uma entidade que representou, de forma sintomática, o momento de transição destes intelectuais que se deslocavam de um campo de influência estritamente político para um campo onde as instituições culturais floresciam, iniciando um processo de reconstrução de suas ideologias. Esse processo, por sua vez, foi propiciado pela configuração heterogênea das tendências políticas e ideológicas das esquerdas no decurso da década de 1960 – aliás, um dado importante na consideração da forma como se constituíram as ideologias e os grupos de intelectuais, além da sua legitimidade e autonomia no terreno da produção cultural<sup>10</sup>

O problema do intelectual, da cultura brasileira e da construção do processo democrático permeou grande parte das intervenções que aos poucos foram constituindo essa esfera de debates fora dos limites dos partidos políticos, assim como fora das estruturas de governo. Desse modo, a problematização da cultura ou a formulação de um conceito de cultura correspondente às necessidades geradas naquele contexto, depende estritamente da análise dessa mesma heterogeneidade basilar destes grupos.

E é a partir do CTI e mesmo dos *Cadernos do Povo Brasileiro* que se constata a constituição de um núcleo de intelectuais que se colocou à frente

---

<sup>10</sup>Subentender a complexidade conjuntural e pressupor uma heterogeneidade constituinte dos elementos que constroem um determinado contexto histórico ou grupo social é adotar uma perspectiva mais aberta que admite as tensões e as contradições como dados relevantes no momento de investigação. A exemplo de Gramsci: “Um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário é rico de contradições”. (GRAMSCI, 1978, p. 05).

desse processo. Ainda que esse núcleo seja lembrado pela sua coesão de pensamento e pela excelência de seus participantes, em nenhum momento se mostrou homogêneo ou se colocou como uma unidade indissolúvel em meio às transformações estruturais da sociedade brasileira em processo na década de 1960. Pelo contrário, dos integrantes, alguns terão maior visibilidade outros, menor no espaço público dependendo do modo como manejeram seus vocabulários e inseriram-se na indústria cultural. E essa visibilidade não será dada necessariamente pelo pertencimento a alguma entidade ou grupo específico (como uma unidade fechada e coesa em torno de um projeto definido), mas pela atuação individual de alguns de seus representantes na cena política e cultural.

A emergência de novos atores na cena cultural e política, mesmo antes do golpe militar, foi decisiva para a configuração das disputas ideológicas em torno de um projeto da transformação da realidade brasileira por toda década de 1960. Daí decorre o fato de que o CTI estivesse devotado ao reconhecimento do papel que a cultura assumia no processo de renovação das estruturas políticas e sociais brasileiras. O CTI concebia o intelectual como portador de uma força de trabalho específica, tanto que o denominava integrante de uma “classe” capaz de coordenar o desenvolvimento da sociedade brasileira.

## BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, Ítalo. *A Revista Brasiliense e a estratégia nacionalista*. São Paulo: 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papyrus, 1984.
- CARONE, Edgard. *O PCB: 1943-1964* vol. 02. São Paulo: Difel, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. *Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CORBISIER, Roland. “Situação e alternativas da cultura brasileira”. In: *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.
- FELIX, Moacyr. *Entrevista concedida a Marcelo Ridenti*. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1996.
- FREDERICO, Celso. “A política cultural dos comunistas”. In: MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil, III*. Campinas: EdUnicamp, 1998.
- GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica”. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n° 55.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília, 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. (2º vol.).

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.